



'Não aceitamos uma volta ao monitoramento'

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, negou ontem que o governo brasileiro esteja cogitando em voltar ao FMI (Fundo Monetário Internacional). "Não é esta a posição do presidente Sarney, não é essa a posição do governo brasileiro." Funaro deu essas declarações ao chegar ao Palácio do Planalto, onde definiu a intervenção em seis bancos estaduais. O ministro disse que a posição do Brasil em relação ao FMI continua a mesma: "Não desejamos confronto e um acordo de monitoramento".

Também o presidente do Banco Central, Francisco Gros, declarou ontem que o Brasil não aceitará o monitoramento do FMI, "porque não negocia o seu crescimento econômico". Ele ressaltou que as relações do governo brasileiro com o fundo são normais e até afirmou que o País tem direito de sacar uma cota de cerca de US\$ 400 milhões", a título de empréstimo compensatório por perdas nas exportações. Gros informou que, no momento, não há interesse de pedir esse empréstimo.

O presidente do BC confirmou que viajará hoje à noite em companhia do ministro Funaro, levando também assessores, numa peregrinação que inclui Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Suíça. Gros informou que na agenda constam visitas aos presidentes de bancos centrais daqueles países, ministros de finanças e banqueiros privados credores do Brasil.

Gros revelou ainda que não irá ao Comitê de Assessoramento da Dívida Externa, em Nova York, porque lá já se encontra Antonio de Pádua Seixas, diretor do Banco Central. "Os credores pediram esclarecimentos sobre as últimas medidas e nós mandamos Seixas", comentou.

Apesar desses desmentidos oficiais, a reaproximação do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, segundo algumas fontes do governo, "é apenas uma questão de tempo". Ao Brasil, segundo assinalam, "não seria vantajoso prolongar indefinidamente o esfriamento das relações com aquela entidade".

DELFIN

O ex-ministro do Planejamento e deputado constituinte, Delfim Netto, disse ontem, ao **Estado** que o presidente Sarney e o ministro da Fazenda se equivocaram quando imaginaram que os banqueiros, pressionados pela suspensão do pagamento dos juros, "iriam se acovardar e negociar rapidamente um acordo na forma pretendida pelo governo".

Segundo Delfim, sem promover alarido e até anunciando propósitos de cooperação, os banqueiros vão agir tranquilamente, "deixando sangrar o governo" com a perda de reservas, que, segundo ele, ocorrerá mesmo com a suspensão do pagamento dos juros. Acha o ex-ministro, que administrou a moratória de 1983, que o País deve preparar-se para uma negociação extremamente difícil.